EDITORIAL

Dando continuidade às discussões empreendidas no *Dossiê História Política e relações de poder (OPSIS, vol. 12, n. 1, jan./jun. 2012)*, o presente número da *OPSIS* apresenta o *Dossiê História Política do Brasil: historiografia, história e memória*. Neste dossiê importantes momentos e temas da história política brasileira são revisitados, tomando emprestado o título de um dos artigos, a partir dos debates, desafios e contribuições da chamada "Nova História Política". Conforme coloca José D'Assunção Barros, no artigo de abertura do dossiê anterior, apesar das críticas empreendidas à chamada história política tradicional, "o político nunca saiu de cena". Mesmo entre os fundadores dos *Annales* o político esteve presente, porém tratava-se de "uma nova concepção de 'história política' [que] poderia perfeitamente surgir para substituir a anterior – aquela velha história política acontecimental, na qual eram examinadas as nações nos seus confrontos bélicos e diplomáticos, ou através da figura de grandes homens que pretensamente conduziriam a História" (p. 29).

Assim, a partir dos anos 1960 a História Política na confluência com outros campos historiográficos – como a História Cultural, a História Econômica, a História do Imaginário e a História Social – e outras áreas das Ciências Sociais e Humanas – a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a Linguística e a Semiótica – "rejuvenesce" e se "renova" (citando René Rémond). A incorporação de noções e conceitos – tais como poder, discurso, cultura política – permite, além da emergência de novos temas e objetos, a releitura de temas e objetos tradicionais.

É neste contexto de renovação historiográfica que apresentamos o dossiê *História Política do Brasil: historiografia, história e memória*. Os artigos que compõem este dossiê apresentam importante panorama do que foi e está sendo feito pelos/as estudiosos/as brasileiros/as neste campo historiográfico. Aninhados por três eixos de pesquisa e análise – a produção historiográfica, a história e a memória – eles nos possibilitam pensar a história política do Brasil sob novos olhares e inquietações. Os artigos estão agrupados a partir de grandes temáticas obedecendo sempre que possível à cronologia dos acontecimentos.

Abrindo nosso dossiê José Eustáquio Ribeiro realiza, no artigo intitulado **As Cortes de Lisboa e a crise política de 1821-1822 na historiografia**, um balanço da produção historiográfica sobre as Cortes de Lisboa (1821-1822) e seus desdobramentos no processo de emancipação política do Brasil. Ribeiro apresenta e discute em seu texto as divergências que marcaram as primeiras produções e as novas direções tomadas recentemente pela historiografia que trata o tema. No texto seguinte, **Revisitando o Primeiro Reinado: a ascensão do Gabinete de novembro de 1827 e sua**

recepção na Câmara dos Deputados, João Victor Caetano Alves "revisita" as motivações que provocaram a mudança de ministros em 20 de novembro de 1827. Seu propósito é desnudar o complexo jogo da política do período, bem como matizar imagens cristalizadas que impedem uma melhor compreensão do processo histórico-político do Primeiro Reinado. Também preocupada com os jogos da política, Aline Cordeiro Goldoni adentra ao Segundo Reinando, com o texto **Estabelecendo a ordem: a formação da Guarda Nacional e sua importância na manutenção da ordem interna durante a guerra com o Paraguai (1864-1870).** Goldoni analisa o processo de formação da Guarda Nacional e a importância que esta teve na manutenção da ordem na Corte e na província do Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai.

Fechando este primeiro grupo, ainda sobre o Segundo Reinado, temos o artigo intitulado **O funcionamento da Administração Judiciária entre as determinações do Estado e os interesses locais**, de Elaine Leonara de Vargas Sodré. Neste a autora debruça-se sobre o processo de consolidação do Estado brasileiro entre 1833 e 1871 ao analisar a organização judiciária no Rio Grande do Sul. De acordo com Sodré é possível identificar duas formas de administrar a Justiça: uma, em consonância com as determinações estatais e, outra, permissiva aos interesses locais. O que permite à autora concluir que a permanência desses dois interesses paralelos e antagônicos numa convivência pacífica foi decisiva para a manutenção do Estado, coeso e unificado, tal como é conhecido no período imperial.

Iniciando um segundo grupo temático Claudia Monteiro, em **A campanha eleitoral comunista no contexto da legalidade do PCB (1945-1947)**, busca compreender, a partir das reflexões de Pierre Ansart, Eugene Enriquez e Serge Berstein, o papel desempenhado pelas subjetividades e sentimentos na política. Para tanto a autora analisa a campanha e a propaganda eleitoral empreendida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), na conjuntura de democratização entre 1945 e 1947. Monteiro procura demonstrar o quanto a campanha eleitoral, como um momento de intensificação das trocas afetivas e simbólicas, foi fundamental para o crescimento da visibilidade e da importância política do PCB. Em seguida no artigo **Aliança e recompensa: a política de alinhamento do Governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil**, Lilian Marta Grisolio Mendes empreende uma reflexão sobre como a Guerra Fria se materializou no Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial. De cordo com a autora, no Brasil, o principal aspecto da Guerra Fria, o anticomunismo, se apresentou nas diversas esferas sociais e determinou o posicionamento do país como alinhado dos EUA. Consolidando um tipo de discurso anticomunista e um alinhamento que não gerou os dividendos desejados, mas fez surgir uma nação que aprendeu o sentido do *American way of life*.

Fechando este grupo Eduardo dos Santos Chaves, em **Memórias sobre a ditadura civil-militar: discutindo o colaboracionismo**, analisa o apoio à ditadura civil-militar brasileira. O autor busca demonstrar, a partir de uma coleção de entrevistas produzida e publicada pelo Exército brasileiro entre os anos de 2003 e 2004, que a ditadura não foi somente apoiada e legitimada no decorrer dos seus 21 anos, mas quarenta anos depois ela permanece sendo "louvada" por aqueles que estiveram ao seu lado.

O terceiro e último grupo de textos deste dossiê analisa as relações de poder e de dominação no âmbito local, sem, entretanto, perder de vista a necessária conexão com o contexto nacional. Abrindo o grupo, Gilberto Cézar de Noronha investiga, no artigo **Das relações de poder no oeste de Minas Gerais**, o funcionamento das principais estratégias de dominação utilizadas pelos líderes locais do Oeste de Minas. O autor aponta para a necessidade de reconsiderar a forma como a historiografia tem tratado o tema. Para Noronha é necessário dar atenção a outras escalas de análise, bem como reconsiderar o papel ativo dos grupos ditos dominados no funcionamento da política local, marcada pelo clientelismo, pelas relações privatistas e pela desconsideração do bem público. Em perspectiva bastante próxima a esta, temos artigo **Considerações acerca do desenvolvimento do poder político em Montes Claros – Minas Gerais (1832 – 1982)**, de Ilva Ruas de Abreu e Danniel Ferreira Coelho. Os autores analisam o exercício de poder local em Montes Claros, norte de Minas Gerais. Em uma análise que considera a "longa duração", Ruas e Abreu buscam demonstrar como a hegemonia do grande capital rural se consolidou através dos anos e como entrou em crise nas eleições municipais de 1982.

Fechando este grupo, e também o dossiê, temos o artigo de Stanley Plácido da Rosa Silva, **Política, clientelismo e comportamento legislativo: a Câmara Municipal de São Gonçalo e as "melhorias urbanas" (1977-1982).** Silva analisa, a partir da dinâmica do legislativo de São Gonçalo (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), o fenômeno do clientelismo no âmbito municipal. Para o autor o resultado de sua pesquisa indica que o padrão clientelista foi a lógica predominante entre os vereadores do período por ele estudado, os quais adotavam, em sua maioria, um perfil localista durante a vigência de seus mandatos.

A seção de artigos é inaugurada pelo texto **Foucault: o liame da genealogia no processo cultural do saber, poder e educação**, de Ismael Ferreira-Rosa e Cleudio Marques Ferreira. Os autores, balizados pela possibilidade, fundada na esteira teórica do pensamento foucaultiano, de entender a educação como formadora tanto do espírito quanto do corpo, ligando-a assim à *padeia* grega, à *bildung* alemã e ao *cultum* do supino latino, têm como proposta neste artigo avaliar os alcances epistêmico-filosóficos da revolução do pensamento de Foucault nos limites do discurso pedagógico. Para tanto

buscam compreender o conceito de genealogia em Foucault e suas implicações na formação do processo cultural considerando como fundamentos a transformação da concepção de sujeito, de poder e a percepção das contradições do discurso pedagógico. Em seguida temos o artigo **Antígono versus Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301 A.C.**, de Henrique Modanez Sant'Anna. O autor que se ocupa dos primeiros vinte anos do período helenístico, procura mostrar que, ao lado da luta desenfreada entre os Diádocos pelo controle das satrapias houve, por parte de Antígono da Macedônia (*Monophtalmos* ou "o Caolho"), um projeto político que objetivava reestruturar o Império e acomodar as tensões.

Cassiano Malacarne no texto seguinte, **A Reconventio: uma exceção canônica ao privilégio do foro eclesiástico e sua regulamentação em Portugal no começo do século XIV**, busca compreender a partir da reconvenção (dispositivo do direito imperial desenvolvido pelo direito canônico) o processo de centralização do Estado empreendido por D. Dinis em Portugal no século XIV. Ainda sobre Portugal, mas em outro contexto histórico, temos o artigo **"Os Pobres também são Gente" Breve Reflexão sobre o Estado da Cultura em Santarém, Portugal**, de Maria Teresa Lopes. A partir de expressões como "os pobres também são gente" e "todos têm direito à cultura" Lopes estuda a influência de um grupo privilegiado na difusão cultural dos mais desfavorecidos. Para a autora a "política do espírito" defendida pelo regime de Salazar beneficiou-se de adaptações regionais como a realidade vivida na cidade de Santarém.

Sem seguida Taís Campelo Lucas, em **Nazistas pelo mundo: a organização para o exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães**, analisa a criação de núcleos partidários nazistas em países estrangeiros e suas consequências internas e externas para a diplomacia do Terceiro Reich. No texto seguinte, **O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos Tupamaros com a Frente Ampla no princípio dos anos 1970,** André Lopes Ferreira analisa, de um lado, as relações de determinados setores da Frente Ampla uruguaia (coalizão de partidos e grupos de esquerda) com os guerrilheiros *Tupamaros* e, de outro, as tensões e desgastes internos gerados por esse relacionamento.

No artigo, **Limites da formação profissional policial militar: o caso Ronda do Quarteirão,** Lara Abreu Cruz e Maria Glaucíria Mota Brasil apresentam uma análise dos limites e possibilidades da formação profissional de policiais militares no Brasil a partir do estudo feito sobre a implantação de um programa de policiamento, com feições comunitárias, no Estado do Ceará: o Ronda do Quarteirão. Em seguida Magda Valeria Silva, no texto intitulado **Relacionamento da MMC Automotores do Brasil S.A. com empresas de capital local: adaptação ou desenvolvimento?**,

analisa o relacionamento da montadora automotiva MMC Automotores do Brasil S.A., sediada em Catalão/Goiás, com prestadores de serviços e fornecedores de mercadorias/produtos cujo capital é de origem local. A autora busca compreender a importância do capital local para a produção automotiva da montadora e também refletir sobre os impactos deste relacionamento sobre a economia e sociedade local.

Fernando Joaquim Ferreira Maia, André Pereira Freire Ferraz e Marineuda de Souza Silva, em **O Judiciário e a aplicação da função social da propriedade na preservação da caatinga no sertão do Pajeú**, buscam demonstrar, a partir das sentenças judiciais, a necessidade de as decisões judiciais, nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, levarem em consideração a preservação ambiental da caatinga no Sertão do Pajeú, bem como de partirem de um entendimento efetivo da aplicação da função social da propriedade. Fechando a seção de artigos livres Geraldo Magella de Menezes Neto, no texto intitulado **Uma estratégia editorial: a propaganda de folhetos de cordel da Guajarina (1922-1949)**, procura analisar, a partir da perspectiva da "história do livro e da leitura", a estratégia editorial da Guajarina, uma das mais importantes editoras brasileiras na publicação de folhetos de cordel na primeira metade do século XX).

Na seção de resenhas Renata Cristina Nascimento e Ivan Vieira Neto apresentam sua leitura do livro de Renan Frighetto, intitulado **Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras Numa Época de Transformações (Séculos II – VIII)**, trabalho elaborado junto ao NEMED- Núcleo de Estudos Mediterrânicos da Universidade Federal do Paraná.

A todas e todos desejo uma proveitosa e prazerosa leitura!

Eliane Martins de Freitas
Catalão, primavera de 2012.